

34º Encontro Anual da ANPOCS
ST03 - Cidades: dimensões, escalas e composições

“Gato” de energia elétrica também tem pedigree:

As diferentes dimensões materiais e simbólicas em um bairro popular do Rio de Janeiro

Hilaine Yaccoub¹

Resumo

Após realizar uma pesquisa por 8 meses em um bairro considerado popular no município de São Gonçalo no Rio de Janeiro que teve como objetivo investigar um fenômeno sócio-técnico com dimensões culturais abrangentes em nossa sociedade: os chamados "gatos" – ligações irregulares – para obtenção de energia elétrica, na condição de moradora pude adentrar na vida cotidiana de um espaço urbano e analisar seus modos. O trabalho pretende demonstrar como o bairro é um espaço privilegiado para observação de conveniências e práticas sociais e desmistificar a noção, muitas vezes homogênea, acerca das relações entre “periferia”, pobreza e “gato” de energia elétrica.

Introdução: A elite local

O interesse pelo tema desenvolvido neste trabalho teve início quando, em uma das etapas de um processo seletivo para trabalhar em uma grande empresa concessionária de energia elétrica do Rio de Janeiro, o entrevistador (um de seus diretores) me perguntou porque seus clientes faziam “gato”². Naquele momento, as primeiras explicações possíveis que me vieram à mente foram: ou visavam obter vantagem indevida, o que configura a “malandragem”, a recorrente e popular noção do “jeitinho brasileiro”, ou por dificuldades financeiras, a impossibilidade de pagamento da conta devido à carência de recursos.

Ao longo da entrevista, vi que essas considerações, apesar de pertinentes, poderiam ser extremamente superficiais e provavelmente ingênuas. Como certamente estava pensando de maneira demasiadamente maniqueísta, permaneci calada sem expressar qualquer posicionamento. Eu tinha consciência de que era a primeira vez que pensava no assunto, e

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora associada ao LeMetro-Laboratório de Etnografia Urbana IFCS/UFRJ.

² Nome popularmente utilizado nas referências ao furto/desvio de energia elétrica.

que, portanto, não possuía dados ou informações suficientemente concretas para sequer elaborar uma resposta ou hipótese coerentes.

Perguntei ao diretor sobre a possibilidade de realizar uma pesquisa antropológica de cunho etnográfico. Não era o objetivo da entrevista, a vaga em aberto era para integrar um projeto denominado “Guardiões da Comunidade”, que já estava em andamento há pelo menos um ano. Minha função seria integrar a coordenação do projeto e analisar dados obtidos em campo pelos funcionários – os guardiões –, que visitavam as casas dos clientes e resolviam pendências comerciais³.

Ao discorrer sobre uma nova possibilidade de entender seu cliente e entender qualitativamente como ele lida com a energia elétrica, o seu produto, o diretor se mostrou interessado. Perguntou de que consistia, de fato, esse tipo de pesquisa. Recorri aos meus referenciais teóricos da graduação em Ciências Sociais, dando exemplos clássicos e contemporâneos de pesquisas etnográficas, observação participante e o papel dos antropólogos nos mais diversos contextos socioculturais. O diretor fez a pergunta que resultou em minha contratação: “Você moraria na ‘comunidade’?”.

Respondi positivamente, se a empresa oferecesse toda a infra-estrutura necessária para moradia, segurança e desenvolvimento do projeto. Percebi surpresa ao ouvir minha resposta positiva e também certo “peso” na palavra “comunidade” quando foi me feita a pergunta. Ficou claro desde o início que o peso da palavra “comunidade” tinha relação estreita com o significado de “favela” e o que nele está embutido: violência, bandidagem, tráfico, carências, más condições de moradia, serviços etc.

O conceito controverso da comunidade foi muito bem trabalhado por Birman em seu artigo “Comunidade é favela?”, publicado em 2008. Em uma de suas considerações, a autora apontou que o termo “comunidade” é usado como eufemismo pelos “de fora” e “os de dentro”, não moradores e moradores, para delimitar uma diferença quanto à sua identidade: nem todos são “favelados” – sinônimo de ameaças, bandidos e malandros. Dentro da favela

³ O objetivo do projeto era estabelecer um vínculo direto entre empresa e clientes inadimplentes, criando uma espécie de personificação da empresa nas comunidades na figura dos “guardiões”. Estes seriam funcionários treinados e “humanizados”, que atuariam na regularização das pendências. Facilitariam a cobrança de contas vencidas por meio de parcelamentos, e também regularizariam ligações clandestinas (“gatos”) sem cortes de energia elétrica – o que ainda é comumente praticado na empresa. A proposta era incentivar os clientes a abandonar práticas clandestinas devido a uma possível “ligação emocional” com o guardião, e conseqüentemente melhorar a imagem da empresa nas comunidades e no município. É preciso destacar que desde a privatização, em 1996, com o aumento de tarifas, e programas e novas técnicas de combate ao “gato”, a empresa passava por um momento delicado. Em 2007, surgiu em São Gonçalo o movimento denominado Fora Ampla”, liderado por vereadores do município e deputados estaduais. A insatisfação com a empresa era tamanha nessa época que a agência local chegou a ser apedrejada.

(tratada preconceituosamente pela sociedade como “fábrica de marginais”), existem honestos e trabalhadores. Cidadãos – esses sim –, pertencentes a uma comunidade.

Birman (2008) assim como Valladares (2005), Machado da Silva e Leite (2008) e Zaluar (2006), apontam como o termo “favelado” é segregador e estigmatizante. “Comunidade” serviu para atenuar essa auto-identificação, e foi também apropriada pelo Estado para obedecer ao “politicamente correto”. O termo mostra consciência que nem todos são bandidos, apesar de as práticas (principalmente policiais) dizerem muitas vezes o contrário. Muitos ali, para o governo, são cidadãos – principalmente em época de eleição. A autora afirma que o uso do termo foi generalizado para referir-se tanto à favela como outros espaços estigmatizados, como bairros pobres, o que era o caso. Criava-se um eufemismo, uma atenuação que todo conceito abarca:

Uma valorização do eufemismo parece importante da dinâmica das relações sociais. Seu emprego permitiria, em parte, contornar o valor negativo que certas expressões espelham. O eufemismo, no entanto, não afronta o estigma. Seu uso indica uma relação de cortesia, necessária, no curso das trocas sociais que se passam com aqueles que não podem se desfazer de suas marcas. Uma delicadeza, portanto, ligada a questões penosas que a vida imporia e também às muitas modalidades de relações que envolvem os moradores e as pessoas “de fora” (2008, p.106).

A autora conclui sua análise afirmando:

O termo “comunidade” em seus usos eufemísticos não é capaz de impedir a associação da pessoa com os traços negativos provenientes desta identificação; somente indica a suspensão destes pelo uso momentâneo de aspas que podem ser retiradas quando for preciso (Ibid., p.107).

Isso se confirmou quando muitos funcionários vieram me perguntar a respeito do projeto, da “comunidade”, de como era a casa em que eu morava, como eram as pessoas. Perguntavam minhas impressões, meus sentimentos em sair de um bairro nobre de Niterói e ir morar na “comunidade”. Os funcionários vinham com olhares curiosos, procurando histórias exóticas sobre os “outros”, os “favelados”, os “gateiros” e os “gatos”, os “criminosos e seus crimes”. Nas reuniões na sede da empresa, que ocorriam normalmente uma vez por mês, me alvejavam com perguntas para confirmar a forma como me classificavam. Uma espécie de “patricinha” aventureira – ou “louca”, como alguns jocosamente me chamavam – ou a corajosa desbravadora de um novo mundo. “Como é estar lá?”, “Já aconteceu alguma coisa?”, “Você já viu alguma coisa?”, eram perguntas que deixavam clara a noção do perigo em que eu supostamente me encontrava.

Essa era a posição em que os funcionários “engravatados” do escritório⁴ me colocavam. Aos olhos deles, eu seria uma espécie de ligação entre “morro”⁵ e asfalto. Entre a ilegalidade e a correção, iria estudar os tais “furtadores” de energia elétrica moradores das “comunidades” e, para isso, segundo eles, eu precisava de muita coragem. Eram notórias as representações que a empresa⁶ tinha acerca dos seus clientes que faziam “gato”. Eu lidava o tempo todo com essa pré-noção (pré-concepção).

De fato meu trabalho de campo foi desenvolvido em um bairro popular e não em uma favela. Dentro deste bairro havia um morro com algumas casas mais simples, comumente chamado de favelas, mas não eram insalubres ou barracos feitos com material inferior. O que pude perceber é que o bairro havia 3 subdivisões estabelecidas pelos próprios moradores. O morro, o interior do bairro que faz divisa com outro mais pobre, e uma área nobre categorizada pelos moradores de “pedaço bom”.

Através desta permanência e convivência junto aos seus moradores, pude adentrar em sua vida cotidiana, e perceber seus usos e contra-usos estabelecidos, seja referente a itens eletroeletrônicos, automóveis, compras de supermercado, e até mesmo energia elétrica.

Todo o discurso legitimado até aquele momento estava ligando a questão do “gato” de energia elétrica a pobreza, o que de fato não se confirmou. Ao “estar lá”, na condição de moradora do “pedaço bom” vi que muitos integrantes da elite local adotavam este subterfúgio da ligação irregular de energia elétrica, eram pessoas que podiam arcar com suas contas mas escolhiam não fazê-lo por uma série de questões que explorarei mais adiante.

Este grupo, apesar de morar e estabelecer relações sociais em um bairro popular, não se vê como pobre, não participa das celebrações comuns do bairro, como festas juninas realizadas anualmente. Seus integrantes não se “misturam” com “os outros”, crêem que seu poder de compra e os bens adquiridos e ostentados (VEBLEN, 1987) os levaram para outra categoria social, conferindo-lhes distinção social. Podemos perceber que o que lhes conferia principalmente atributos distintivos era seu poder de consumo.

⁴ Só depois de ter contato com os bairros atendidos pelo projeto, vi que a noção de comunidade para a empresa era uma e para os moradores, outra. Esse ponto será melhor desenvolvido adiante, quando abordo as características do bairro e sua população.

⁵ Independente do ponto de vista da formação geográfica, trata-se de outro termo eufemístico para favela ou comunidade, segundo Birman, 2008.

⁶ Quando me refiro à “empresa” na terceira pessoa, me refiro aos seus funcionários e a uma cultura organizacional vigente, que é cuidadosamente apresentada e mantida como um organismo vivo. Utilizo a categoria nativa “a empresa” porque é assim que eles, os funcionários se referem o tempo inteiro, como se esse organismo não fosse composto por eles próprios, mas fosse de fato um poder superior independente de qualquer indivíduo.

Essa diferenciação e distinção dentro de uma mesma localidade foi observada por Norbert Elias e Joahn L Scotson (2000) em Winston Parva, onde moradores antigos se distinguem claramente dos recém-chegados na comunidade. Naquele caso, os fatores tempo de residência e itens de consumo eram determinantes de poder e geradores de estigmatizações dos moradores mais novos da comunidade. Um *outsider* é o indivíduo excluído do grupo estabelecido (os mais antigos), é considerado inferior, e ainda é tido como não observante das normas e regras impostas pelos estabelecidos.

Estes atribuem aos seus membros características humanas superiores, a fim de manter sua superioridade social, e excluem os membros do outro grupo do contato social, assim como a “elite local” do Coelho. A exclusão e estigmatização dos *outsiders* pelo grupo estabelecido são estratégias para legitimação de identidade e afirmação de superioridade. As categorias, estabelecidos e *outsiders*, se definem na relação que as nega e as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte dessas comunidades estão, ao mesmo tempo, unidos pela geografia e separados por uma relação de diferenciação identitária construída, demarcada e reproduzida.

A superioridade social e moral, o pertencimento e a exclusão são elementos da sociedade dos indivíduos e que entre os estabelecidos e os *outsiders*, no bairro do Coelho, exemplificam as relações de poder e prestígio. Em se tratando deste bairro específico, o *outsider* é aquele que está fora do “pedaço bom”, não possui os bens simbólicos de poder como carros, casas imponentes, roupas de grife, e não se inclui em todas as regras sociais estabelecidas pela “elite local” - os nossos estabelecidos.

Curioso perceber que esse grupo estabelecido tem uma imagem prestigiosa entre os outros moradores. São modelos próximos do “melhorar de vida”, como Sarti (2003) bem coloca: “melhorar de vida é ver a família progredir”. O trabalho é o meio para conseguir esse progresso, intimamente relacionado aos bens acumulados pela “elite local”, conquistas valorizadas por serem, reconhecidamente, resultado de esforço honesto. Os estabelecidos da “elite local” são valorizados, têm status; ditam moda e “vendem” um estilo de vida que os outros tomam como ideal.

Sarti (2003) argumenta muito bem que “melhorar de vida”, “vencer na vida” ou, ainda, “ser alguém na vida” para os indivíduos oriundos da classe popular, no nosso caso, os *outsiders*, é um projeto familiar. Está intimamente relacionado à ampliação do consumo, principalmente no que tange o consumo doméstico, a compra do imóvel próprio, por exemplo, e atribuir conforto na intimidade da casa, por meio da aquisição de eletroeletrônicos e eletrodomésticos, além de um veículo destinado ao transporte da família.

Apesar a minha situação de ser estrangeira e, portanto, portadora de sinais de diferença (MAUSS, 2003), como a língua costumes, alimentações, modos e maneiras de se vestir, deve-se ressaltar que eu não era uma estrangeira qualquer, como ficou claro, eu pertencia a um grupo considerado um “tipo ideal de elite” (classe média tradicional) que era modelo para a “elite local” do bairro.

No que se refere à energia elétrica é indiscutível o seu valor para a vida contemporânea. Para o grupo pesquisado, apesar de essencial e necessária principalmente para o funcionamento dos objetos que foram adquiridos com alto custo, parecia mera coadjuvante. Como estamos lidando com um grupo pertencente à área urbana e a um estrato social emergente, a energia elétrica “sempre” esteve presente, foi naturalizada, não havendo dificuldade alguma para sua obtenção e uso.

Diante do padrão de consumo explícito, através de carros modernos, roupas e imponência das casas presume-se que não haveria dificuldades para pagamento da conta de energia elétrica e realmente não há como me afirmaram vários entrevistados.

Mesmo com esse alto padrão, alguns moradores dessa área têm “gato” em suas casas. Ao perguntar o motivo, responderam simplesmente que sempre fizeram, consideram a tarifa da Ampla alta demais, e que não querem deixar de se beneficiar do conforto que “lutaram” tanto para conquistar. Não consideram justo o valor cobrado, e dizem que com o dinheiro que “pouparam” com a conta de energia “preferem” gastar comprando outros bens, como roupas, shows, trocando de carro, etc.

Insisti ainda sobre os meios coercitivos tão presentes e aplicados, não demonstraram qualquer preocupação, dizem não quererem mudar seus estilos de vida, como deixar de usar determinados eletrodomésticos por exemplo, e afirmam que não vão pagar alto por algo que se sentem lesados pela empresa por valores tão altos.

Apontam a falta de qualidade do fornecimento, não consideram justo pagar uma conta alta, ao fazer o “gato” pagam o que consideram “o certo”. Eles podem pagar, mas não conferem valor a energia elétrica como um produto e muito menos como um bom serviço, responsabilizando a empresa, inclusive pelo “gato” que ele tem que ter pra não se sentir “roubado ou lesado” como ele mesmo sugeriu:

Ao invés da Ampla levar o da gente, eu levo dela antes.

(Informante N)

Essa foi a frase que eu ouvi. O “gato” apesar de estar sendo amplamente criminalizado é visto como uma adequação ao consumo que o padrão de vida e conforto conquistado. A intangibilidade da energia elétrica como um não-valor mercantil, assim como a invisibilidade da empresa estão presentes no discurso, além obviamente da impunidade.

Não é só uma questão “cultural” arraigada como a empresa aponta e muito menos sobre a “malandragem carioca” justificando o furto de energia elétrica, percebi no trabalho de campo e nas entrevistas que há uma fundamentação ideológica, baseada na falta de conhecimento e superficialidade de informações acerca do sistema produtivo de energia elétrica e modicidade tarifária, no entanto, é o que o consumidor age em conformidade ao que entende.

Um caso específico me chamou atenção. Eu estava presente no dia do caso ocorrido:

Uma senhora se encantou por um vaso de murano vendido na loja de decorações, ela já tinha algumas dívidas que estavam sendo pagas através dos carnês. Porém não querendo fazer um outro carnê. Um belo dia, ela apareceu na loja com o dinheiro em mãos, pagou o vaso à vista, cerca de R\$300,00. E confessou que aquele dinheiro seria destinado ao pagamento da conta de luz, porém, ela preferia pagar o vaso e não perdê-lo para outra cliente.

A proprietária da loja de decoração se assustou e indagou como ela faria com a conta e como daria satisfação ao marido. Ela calmamente explicou toda estratégia já previamente arquitetada. Ela deixaria acumular aquela conta, e iria no mês seguinte na agência da concessionária para parcelar a dívida, que sem saber seria paga pelo seu marido. Só assim ela poderia adquirir o que para ele seria considerado absurdo, “uma coisa de gente rica” segundo a mesma.

O que se constata é que a apropriação do consumo (seja de bens e isso inclui a energia elétrica) se dá de forma individualizada, respeitando critérios e prioridades valorativas diferenciados. Mesmo a energia sendo um bem essencial para a vida contemporânea não é considerada muitas vezes prioritária na hierarquia das contas mensais a serem pagas. Outros produtos e bens vêm em primeiro lugar, até mesmo os que são considerados supérfluos, como o exemplo dado.

Campbell (2006) ao questionar porque para muitos indivíduos o consumo está no centro das suas vidas, ou porque possui tanta importância para as pessoas, defende que ao consumirem os indivíduos se relacionam com “coisas” e experimentam sensações e emoções, a experiência estética de possuir um vaso murano conferido a uma estrato social mais elevado como no exemplo citado traduz uma dessas sensações, de pertencimento, inclusão social, etc.

Um outro elemento apontado pelo autor que sustenta o consumismo moderno é a

“ideologia associada ao individualismo” (CAMPBELL, 2006, p.49) sendo sua principal característica pois conferem aos consumidores a se decidirem por si mesmos que produtos e serviços irão adquirir. Assinala que essas duas características é que o consumismo moderno está “mais preocupado em saciar vontades do que satisfazer necessidades” (Ibid., p.49). De certa forma, a aquisição do vaso foi uma escolha individual, hedonista, conferindo sensação para a consumidora, deixando de pagar uma conta de luz elétrica, essencial para a manutenção da casa e da família.

Campbell (2006) defende que uma das características da pós-modernidade contemporânea é que através da aquisição de objetos a partir do gosto, desejos e preferências definirão “reais” identidades ou como queremos ser vistos, pois marcam individualidades de classes.

Somos definidos por nossos desejos, ou por nossas preferências que se traduzem nas coisas que consumimos, a nossa identidade está nas relações com os produtos, e não com os produtos em si (p. 51-52)

O endividamento e o nome “sujo” não é uma questão moral para esse grupo e muito menos de privação para realização de novas compras, pois para continuar comprando se utilizam de táticas (DE CERTEAU, 2007). A loja de decorações do “pedaço bom” descrita no trabalho de campo, percebendo isso, lançou mão dos carnês (assim como as Casas Bahia).

Torquato (2009) percebe que “a tendência observada é que o endividamento passa a ser uma consequência “naturalizada” e aceita, pois os gastos moralmente tidos como menos essenciais e urgentes passam a fazer parte do imaginário dos consumidores, que resistem em abrir mão do padrão de consumo e de vida conquistado e apreciado.” De acordo com a autora, os consumidores adquirem determinados bens, muitas vezes bem acima das possibilidades econômicas, justificada pela influência da publicidade que vende a ideia de que todos “merecem usufruir” ou “precisam ter” os produtos e o que eles possibilitam experimentar.

Depois que o indivíduo vive a experiência de “vencer ou melhorar de vida” está intrinsecamente relacionado ao “poder comprar” determinados bens, revela-se essa conformidade ao endividamento, como uma entrevistada que me relatou que as pessoas que não são ricas só conseguem comprar seus bens através de parcelamentos, e não parece não haver qualquer preocupação quanto a qualquer imprevisibilidade no decorrer do pagamento da dívida, como perda do emprego, por exemplo, que poderá dificultar a sua quitação. Como viver com tantos bens que geram outros gastos posteriores? Carros e sua manutenção e

impostos, assim como eletroeletrônicos e gastos com energia elétrica. Paga-se pelo produto, parcelando ou não, e depois as contas aumentam. O que foi percebido é que há de se querer o status da classe média ao adquirir bens valorizados, sem ter o ônus da mesma.

O bairro para além do urbano: o cotidiano e suas práticas

As percepções acerca dos hábitos de consumo e uso (e contra-usos) dos moradores da localidade só foi possível graças a possibilidade que a vida cotidiana no bairro permite adentrar. A vida microscópica, suas relações estabelecidas entre vizinhança, comerciantes, rua, calçada, etc, permitiu que absorção de seus costumes e comportamentos corriqueiros fossem analisados e cooptador por um olhar mais atento.

Segundo Authier e Bacqué (2007), o bairro, para a sociologia, não é apenas um conceito, e sim uma unidade de observação, uma entrada utilizada para observar um conjunto de questões como práticas e relações sociais, valores morais e índices econômicos. Para os autores, o campo da sociologia urbana está estruturado em três vertentes: distribuição e movimento da população, ações públicas ou privadas na organização da cidade, como seu funcionamento e suas transformações, e a terceira, práticas a atitudes, esta última em que focalizarei minha análise no bairro do Coelho. O bairro é objeto de intervenções públicas, unidade de medida da cidade, meio de vida, lugar das ações coletivas onde as artes do fazer e do habitar se dão e convivem. Encontra-se inserido em um espaço geográfico, que pode ser central ou periférico, delimitado por um curso d'água, um acidente geográfico, uma diferenciação de relevo, etc.

Os autores apontam que a nitidez do contorno e da arquitetura faz com que os cidadãos se localizem, qualificando o espaço – bairro “burguês”, bairro “operário”, bairro “dormitório”, bairro “boêmio”, entre outros. A própria atividade dominante do bairro o caracteriza, já que nem todo bairro é residencial. Os pesquisadores apontam que os contornos dos bairros são fluidos, muda-se a arquitetura ou atividades, transforma-se o espaço.

Habitar está vinculado ao estar, vivendo junto a prática cotidiana e compartilhar espaços. Os bairros adotam pessoas, que muitas vezes tomam para si seus hábitos, seus modos de fazer, suas maneiras de falar, mudam sua própria maneira de ser e se comportar, adquirindo outros atributos, outros valores, outras artes de viver.

Simões (2008), em sua tese sobre a Cruzada São Sebastião do Leblon, narra a necessidade do uso das ruas e da busca do bairro como espaço de observação e a importância

do pesquisador estar lá, na condição de morador, neste caso, ajustando-se a dois papéis desempenhados por ele, antropólogo e vizinho, em que “*sua vida pessoal se torna inextricavelmente misturada a pesquisa*”. Cita o caso de Foote-Whyte e sua experiência no início do século XX na Escola de Chicago, relatada no livro *Sociedade de Esquina*⁷, quando morou em um bairro popular, que para ele seria imprescindível “praticar o bairro como o praticavam os membros do grupo da esquina.” (SIMÕES, 2008, p.106). É importante que o pesquisador use o bairro, absorva seus costumes, suas regras sociais, uma vez que a organização da vida cotidiana se organiza, segundo De Certeau (2008) por meio de uma forma de “comportamento” que são as suas práticas. O autor afirma:

O usuário (do bairro) se torna parceiro de um contrato social que ele se obriga a respeitar para que seja possível a vida cotidiana... pode-se portanto apreender o bairro como esta porção do público em geral (anônimo, de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privado particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço.(2008, p.39-40)

As práticas comuns dos usuários do bairro se estabelecem graças à proximidade e coexistência concreta cotidiana de seus moradores, que, para De Certeau, são decisivas para a identidade dos próprios usuários ou grupos, “na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede das relações sociais inscritas no ambiente” (DE CERTEAU, 2008, p. 40).

Constitui-se, portanto, em uma abordagem bem diferente da empregada pelo pesquisador que, ao fazer incursões breves, não toma para si ou percebe as práticas, valores, hábitos, fazeres pertencentes àquele lugar, referenciais que o caracterizam como do bairro, contornando sua identidade e dos que ali habitam. No fim de minha empreitada, após oito meses, eu já era vista como alguém “de dentro”, o que me possibilitou criar laços afetivos e também estabelecer relações de serviços⁸.

Há também os bairristas, que criam laços afetivos não só com o bairro, mas também com os familiares e vizinhos, que acabam se tornando extensão de suas famílias, como mostram Zaluar (2002) e Sarti (2003). Não é incomum que mesmo quando o indivíduo “melhora de vida” (SARTI, 2003) permaneça no bairro e aumente a casa, construindo um anexo, ou compre outra casa na vizinhança. Ele, o morador, é muitas vezes o próprio bairro.

⁷ WHYTE, William Foote. *Sociedade de esquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁸ O veterinário dos meus gatos e o técnico do meu computador são do Coelho e as relações de serviço foram estabelecidas desde aquele tempo.

Sem escolha, o indivíduo pode até mudar de bairro, mas procurará um com as mesmas características e referenciais daquele de sua origem. Um fragmento de De Certeau ilustra bem essa característica:

...estamos ligadas a esses lugares pelas lembranças... É pessoal, isto não interessaria a ninguém, mas enfim é isso que faz o espírito de um bairro”⁹
(DE CERTEAU, 2008)

Fica clara a noção de que pessoas e lugares criam e estabelecem relações e vínculos, cada bairro pode ter a sua história relatada na fala de seus moradores, suas normas, suas mudanças sofridas, sejam estruturais de ordem arquitetônica ou comportamentais da ordem dos costumes, no campo do real (prático) ou do simbólico.

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem no estado de quebra-cabeças, enigmas, enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (DE CERTEAU, 2007, p.189)

O autor completa o raciocínio afirmando que “O lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos das relações de coexistência”¹⁰. Há uma configuração de posicionamentos procurando a ordem, a estabilidade, entre os vizinhos, entre o privado e o público, e entre aqueles que se instituem poder dentro do bairro. Esses lugares são espaços praticados, aqui representados pelo bairro, cenários para as práticas cotidianas e suas leis normativas de conduta que são tácitas. Como é preciso conviver, há que se encontrar um equilíbrio, entre essas leis de convivência entre vizinhos, Estado e Instituições.

De Certeau (2007), ao investir na pesquisa acerca da importância do cotidiano do bairro como forma estratégica de obtenção de informações, mostra que a partir de categorias comuns é possível explicar o conjunto das práticas dos sujeitos. Algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo como ponto de partida que são do tipo tático, a partir de descrições concretas das maneiras de fazer, permitiriam entender o que está no campo do simbólico, e, portanto do invisível.

Ao participar do cotidiano do bairro e investir nas descrições das práticas, seus modos de fazer, e acompanhar o dia-a-dia dos moradores, abre-se uma condição para compreensão

⁹ Uma moradora da Croix-Rousse em Lião (entrevista concedida a Pierre Mayol): in CERTEAU, M. de, Giard, Luce; Mayol, Pierre. **A invenção do cotidiano 2** : morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹⁰ De Certeau, 2007, p.201.

dos esquemas simbólicos construídos e legitimados ao longo do tempo. A prática legitimada com o passar do tempo faz parte das artes do fazer cotidianos encontrados em toda localidade ou grupo social. O cotidiano é a percepção do “comum”, daquilo que se tornou habitual e, por isso, muitas vezes imperceptível. Para De Certeau (2008):

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano e aqui nos prende intimamente, a partir do interior (p.31)

O autor reforça, dessa maneira, que o interessante na análise do cotidiano é o que está na esfera do invisível, aquilo que a repetição da prática e ação acabou fazendo com que se tornasse “natural” e conveniente.

O uso da energia elétrica e, por conseguinte o fazer o “gato”, tornou-se uma fenômeno do invisível, uma vez que não se racionaliza os rituais cotidiano para seu uso, apenas, cumpre-se, faz-se e repete-se. O “gato” sempre existiu, sempre foi feito e praticado, há uma memória da prática estabelecida.

De Certeau (2007), citando Peguy, afirma que para que o cotidiano exista deve estar dentro de um “mundo memória”. O objetivo, tal como fez De Certeau (2007 e 2008) é apontar uma “lente de aumento” para esses movimentos invisíveis e irracionais; “o estudo se articula entorno da relação que sua estranheza mantém com uma familiaridade” (DE CERTEAU, 2007, p.32), principalmente entre vizinhos do mesmo bairro, por exemplo.

O cotidiano, neste trabalho, será identificado em duas vertentes, uma relacionada ao território, configurando-se como um “lugar”, e a outra relacionada às práticas do cotidiano ou seja, as artes do fazer, do habitar, o simbólico percebido dentro das práticas e rituais naturalizadas pelo dia-a-dia. O bairro será tratado como palco de interação dos indivíduos, lugares que possibilitam a sociabilidade. Lugares que tornam possível suas formas de explicitar seus comportamentos identitários de consumo (gostos e escolhas), de exposição de suas distinções e diferenciações.

No cotidiano, produzimos os modos de ser e de viver. Como apontam Berger e Luckman (2002), a vida cotidiana apresenta-se como “um mundo intersubjetivo”, e “um mundo de que participo juntamente com outros homens”, campo privilegiado para o resgate de memória, seja de lugares ou de práticas. Como o “gato” era feito e visto? Como sua prática se perpetuou ao longo dos anos?

O bairro, ao ser explorado, permite “a própria relação das práticas do espaço com a ordem construída” (DE CERTEAU, 2007, p. 188). Os relatos de lugares são retalhos que cabe ao antropólogo “costurar” para conjecturar sobre as práticas cotidianas de caráter simbólico relevante para entender a complexidade de cada grupo. Saber usar o seu bairro, “possuir o seu bairro” depende de uma tática, é uma expertise que precisa ser construída ao longo do tempo. “O adquirido trazido pelo costume não é senão a melhoria da maneira de fazer, de passear, de fazer compras, pela qual o usuário pode verificar sem cessar a intensidade da sua inserção no ambiente social” (DE CERTEAU, 2008, p. 45).

Por que pensar a partir do bairro? Início a etnografia do bairro com uma passagem que resume toda a lógica defendida pelo autor:

A cidade é, no sentido forte, “petizada” pelo sujeito: este a re-fabricou para seu uso próprio desmontando as correntes do aparelho urbano; ele impões a ordem externa da cidade a sua lei de consumo do espaço. O bairro é, por conseguinte, no sentido forte do termo, um objeto de consumo do qual se apropria o usuário no modo da privatização do espaço público. Aí se acham reunidas todas as condições para favorecer esse exercício: conhecimento dos lugares, trajetos cotidianos, relações de vizinhança (política), relações com os comerciantes (economia), sentimentos difusos de estar no próprio território (etologia), tudo isso como indício cuja acumulação e combinação produzem, e mais tarde organizam o dispositivo social e cultural segundo o qual o espaço urbano se torna não somente o objeto de um conhecimento, mas o lugar de um reconhecimento (DE CERTEAU, 2007, p.45)

Após essa apropriação do espaço, em que o bairro é o lugar privilegiado para as concretizações e reproduções das práticas (dos modos de fazer e usar), o usuário – morador desse bairro – cria táticas apropriadas para dialogar com esse espaço, com seus pares, com instituições, privadas ou não. Encontra meios de co-habitar segundo o que ele (usuário) considera legítimo e de direito, nem sempre de comum acordo com o que as Instituições julgam ser legítimo, como o “gato” de energia elétrica.

O que se pretende por meio da metodologia proposta por De Certeau e resgatada nesse trabalho é perceber as táticas dos usuários a partir da análise das práticas do cotidiano do bairro, para que se possa conhecer como um determinado grupo social de moradores de uma determinada localidade possa ser identificado a partir de suas especificidades valorativas e simbólicas do consumo. Este consumo, no caso em debate, é focalizado no uso e na

representação da energia elétrica, do “gato” e da aquisição de bens de consumo eletroeletrônicos e, sobretudo, a partir dos usos cotidianos “invisíveis” de seus bens.

O “gato” de energia elétrica

O “gato” é a classificação nativa para uma ligação clandestina. No caso da energia elétrica, as ações para apropriação ilícita da energia elétrica são desenvolvidas de duas maneiras básicas: por meio da ligação direta na rede elétrica no poste e da manipulação do medidor (também conhecido como “relógio”), fazendo com que esse registre consumo menor do que o real. O usuário que se vale dessa prática obtém uma vantagem indevida a partir da apropriação da energia sem o pagamento correspondente.

Durante minha estada na empresa concessionária de energia, após acompanhar os guardiões da comunidade em visitas às casas de clientes em que as ligações irregulares eram visíveis, percebi tranquilidade dos moradores. Não demonstravam qualquer preocupação com o fato de serem da empresa e termos descoberto o “gato” deles.

É importante apontar que durante meu período de experiência e treinamento na empresa, houve uma etapa preparatória realizada em campo para que pudessem treinar meu olhar para “caçar gatos” visíveis (como os fios diretamente ligados em postes ou medidores tombados). Um funcionário experiente me levou a um condomínio popular e mostrou as formas de ligação irregular, munido de celular. Passeávamos pelo lugar olhando para o alto e medidores, a fim de encontrar as irregularidades e comunicar a empresa.

Não há relação causal direta e exclusiva entre o “gato” e pobreza. A prática é encontrada em qualquer setor, residencial ou comercial, sejam indústrias ou botecos, um carrinho de pipoca ou um cinema de shopping center em área nobre.

Ao pesquisar da vida cotidiana de um bairro, De Certau (2008) buscou entender como os seus moradores lidam com práticas do dia-a-dia, que a seu ver, por obedecerem a rituais repetitivos cotidianos, tornaram-se invisíveis. Sendo assim, percebeu que a partir da necessidade do saber conviver, os indivíduos criaram estratégias e regras sociais tácitas para “encontrar um equilíbrio entre a proximidade imposta pela configuração pública dos lugares, e a distância necessária para salvaguardar à sua vida privada” (DE CERTEAU, 2008, p. 47)

O código que se impõe ao usuário do bairro é chamado de “conveniência”, e possui duas leituras (ou léxico como o autor denomina). Revela-se pela maneira de apresentar-se perante a sociedade, o que se veste, como se comporta, entre outros fatores que reafirmam e

legitimam praxes e usos estabelecidos. De outro lado, “o léxico dos benefícios”, a conformidade com o sistema de regras.

Segundo o autor, a conveniência estabelece leis, regras de condutas que devem ser obedecidas, ou, como ele aponta, “regras do uso social” que auxiliam “no jogo dos comportamentos”, impondo uma

...justificação ética dos comportamentos, que se poderia medir intuitivamente, pois os distribuí em torno de um eixo organizador de juízos de valor: a “qualidade” da relação humana tal como ela se desenvolve nesse instrumento de verificação social que é a vizinhança não é a qualidade de um ‘know-how social mas de um “saber-viver-com”; à constatação do contato ou do não contato com este outro que é o vizinho...sem somar-se a uma apreciação, uma fruição desse contato. (DE CERTEAU, 2008, p.49)

O autor afirma que, nesse momento entra-se no terreno do simbólico, onde todas as relações são “regulação interna dos comportamentos como efeito de uma herança”, seja ela afetiva, política ou econômica.

O bairro é o palco dos usos estabelecidos por esses usuários que possuem essa ligação, compulsória ou não, mas que existe e é obrigatoriamente exercitada. “A conveniência é o rito do bairro”, cada usuário se submete às suas regras em prol da boa convivência, manutenção do relacionamento, no qual há trocas. Muitas vezes, são relações tão próximas que chegam a ser comparadas a parentais.

Trazendo essa teoria para o nosso tema, temos uma herança instaurada, seja no bairro, em uma vila, dentro de uma casa: o da manipulação da energia elétrica. O “gato” se consolidou, por décadas, pelas “maneiras de usar”, pautadas na permissão conferida pela estrutura hierárquica estrutural brasileira, de apropriação do público que não tem dono (a rua) pelo privado (a casa) (DaMatta, 1997). Luis Dumont, em *Homo aequalis* (2000), destaca que na ética das sociedades hierárquicas, o valor do indivíduo e suas necessidades estão sempre submissos aos valores e interesses da sociedade. Nas sociedades individualistas, o indivíduo impõe suas necessidades e valores acima dos interesses do todo. As pessoas agem a partir de uma lógica privada, sem se importar com o ônus dos outros, que terão ao pagar pelos “gatos” deles.

No passado, pré-privatização fazer “gatos”, indicar “gateiros”, eram ações comuns, praxes estabelecidas tácitas, “todo mundo tinha e fazia, e quem não tinha, perguntava logo pro vizinho aonde arrumar um gateiro pra fazer o serviço”, me contou uma senhora, durante uma entrevista. Indagada sobre a proibição, a entrevistada relatou que, apesar da consciência da

ilegalidade, a prática não era vista como crime, pois os “gateiros”, muitas vezes, eram os próprios funcionários da empresa.

...A gente ligava pro “moço” indicado pela amiga, ou vizinha, a gente pedia pra ele fazer um favor pra gente, explicava a situação, eu sei que muitos, quando era gente conhecida nem cobrava, o meu veio no fim de semana, nem demorou nada pra fazer, ele já vinha com o material e tudo, cobrou baratinho, coisa boba, meu marido que acompanhou tudo. (Informante B)

E continuou:

Eu tinha muito um pouco de medo de fazer, mas o “moço” disse pra eu ficar tranqüila, que todo mundo fazia, que isso não ia trazer problema. Ele era da empresa, né, sabia o que tava dizendo. Aí, eu relaxei. Durante muito, tempo dormi no fresquinho. Meus filhos se amontoavam no meu quarto, era ótimo. (Informante B)

Fazer “gato” não feria a moralidade, o indivíduo não se sentia “roubando” algo de alguém – a invisibilidade do Estado se fazia presente. Era algo rotineiro, parte da conveniência do bairro e moradores. O uso e a praxe do “gato” se faziam presentes.

Uma história bem curiosa me chamou a atenção. Ao entrevistar uma senhora de uns 62 anos, aposentada, casa confortável, vistosa, com todos os aparatos tecnológicos visíveis em sua sala de estar e cozinha (lugares a que tive acesso, normalmente permitidos a uma visita). Ela disse que até determinado momento de sua vida, nunca precisou fazer “gato”, a tarifa de energia elétrica não era “cara como hoje”. Depois de ter adquirido um ar condicionado, (meados dos anos 80) precisou fazer um.

Ah, eu só fiz gato quando eu comprei meu primeiro ar condicionado. Todo mundo dizia que puxava muita luz, aí, eu fiz uns contatinhos e arrumei um gateiro amigo nosso, que fez o serviço no meu aparelho. Eu só tinha gato no ar condicionado, mesmo. (Informante C)

Achei interessante ela apontar o ar condicionado como um ponto forte dentro de toda a conversa, e insisti no assunto, perguntando: “Como a senhora adquiriu o ar condicionado? Pagou a prazo? Naquela época, as lojas tinham crediário no carnê, não era?”

Ela respondeu:

Eu juntei dinheiro e comprei à vista. Naquela época, os juros do crediário eram muito altos, uma loucura. Ter um ar condicionado, pra mim, era a realização de um sonho. Só rico que tinha, eu fui uma das primeiras a ter um aqui na minha rua, e só pude ter um graças ao ‘gato’, senão eu não tinha como pagar a conta de luz. (Informante C)

E acrescentou:

Eu vendi o meu aparelho, acredita? Logo agora que eu tô na menopausa e sinto muito calor e preciso tanto dele. Hoje em dia, eu mal consigo pagar a conta de luz. Mesmo sem o ar, a conta aumentou muito, e olha que aqui em casa somos só eu e meu marido, meus filhos já casaram e saíram de casa. A Ampla levou embora o meu ‘gatinho’, e aí eu vendi o meu ar. Vem cá ver o buraco que ficou na minha parede (Informante C)

A entrevistada mostrava uma tristeza enorme, como se uma conquista (e um conforto de direito) tivesse sido tirada dela. Convidou-me a entrar na privacidade do seu quarto para mostrar um tapume marrom que destoava da cor branca da parede, tapando o buraco que tanto a incomodava. Aquela era a lembrança de um tempo em que ela pôde ter um ar condicionado “de rico” pra mostrar à vizinhança, e gozar de um conforto em sua casa – mesmo utilizando uma energia elétrica que não era sua. Atualmente, o medo da conta de luz, de ser cortada pela empresa é vigente, modificando os modos de usar os seus bens, nesse caso, levando a entrevistada a desistir de possuí-los.

Perguntei se, hoje em dia, ela faria um “gato” para voltar a ter ar condicionado. A entrevistada mostrou-se visivelmente amedrontada e incomodada com a pergunta. Disse:

Nem pensar, eu tenho medo da Ampla. Um dia, na outra rua de trás, foram fazer um gato no chip, não deu certo e a rua inteira ficou sem luz por 30 horas, tem ideia? A Ampla castiga a gente se pegar alguém fazendo ‘gato’, e o que os meus vizinhos vão falar de mim se for culpa minha deixar todo mundo sem luz? Hoje em dia, é tudo diferente, eu mesma nem sei quem faz ‘gato’, já ouvi dizer que é coisa de gente lá dentro, mas eu mesma não conheço ninguém, não vou correr o risco. Controlamos tudo no relógio (medidor), porque meu marido não confia nesse chip, e você sabe que todo mês tem diferença? Sempre em benefício da Ampla, cobrando a mais da gente. Se eles fazem isso com a gente, ganham um pouquinho daqui, dali, eles fazem com todo mundo, devem estar lucrando fortunas! (Informante C)

No primeiro relato, o “gato” foi a saída (o “jeito”) encontrada para sustentar um conforto que sua condição sócio-econômica não poderia arcar. Não era uma questão de necessidade básica. Esse caso ilustra muito bem grande parte dos casos encontrados em meu trabalho de campo. O que rege a prática é a adequação do consumo energético ao padrão do nível de conforto almejado pelo consumidor, com base na aquisição de bens eletroeletrônicos dependentes da luz elétrica para funcionar. Nesse caso específico, como em tantos outros, o ar condicionado, que representa a capacidade de fugir do desconforto provocado pelo calor intenso da região.

É adequação de um bem intangível (energia elétrica), realizado por um serviço considerado no passado (pré privatização) corriqueiro, para que seus objetos de desejo, que conferem status, prazer, conforto, estetização, passam a ser mantidos em funcionamento. Anteriormente, encontravam por meio do “jeitinho”, e atualmente, por meio da “tática” (conceito que será analisado posteriormente), uma forma de manter um padrão sócio-econômico na forma de aquisição de bens de consumo eletroeletrônicos e as conseqüências do seu uso contínuo (a taxa elevada da conta de energia elétrica). Os consumidores desse grupo estudado querem o padrão de vida da classe média (vistos em novelas, nas casas de seus patrões ou amigos mais abastados), que significa melhorar de vida (Sarti, 2003), mas não querem, ou não conseguem, arcar com o preço (o ônus) exigido, embutido em seu uso.

Já no fim da entrevista, estabelecida a confiança com a entrevistadora, a entrevistada contradisse a sua declaração anterior. Disse “saber” de umas pessoas (sem citar nomes, obviamente) que continuam fazendo “gato”, são “gente da alta, que tem conhecimento”. Fazia referência aos altos níveis hierárquicos da sociedade, poderosos e ricos, de influência política, que mantinham os seus confortos a partir de vantagens de informações. “Conhecimento” fazia referência às pessoas que não pertenciam ao seu campo de relações. Suas palavras confirmavam o discurso do “gateiro” entrevistado acerca da natureza e do tratamento diferenciado dado ao “gato de rico”.

Ficou claro na declaração da entrevistada que, nos dias de hoje, o tema é tratado de forma muito diferente. O “gato” não é um algo corriqueiro, discutido nas esquinas. Só se fala a respeito com os muito íntimos ou com os quais há uma relação de confiança. Mesmo assim, as frases são evasivas, sempre recorrendo ao “ouvi dizer que”, ou “um conhecido meu disse”. Ninguém afirma nada, com medo de se comprometer.

Um pacto de silêncio é imposto. O usuário é intimidado pela:

ordem secreta de comportar-se conforme as exigências da conveniência. Esta ocupa o lugar da lei, lei enunciada diretamente pelo coletivo social que é o bairro, do qual nenhum dos usuários são convidados a submeter-se para possibilitar, simplesmente a vida cotidiana (DE CERTEAU, 2008, p.56)

Temos assim uma controvérsia instaurada. Durante décadas, o “gato” não foi visto, tido, feito, absorvido como crime, muito menos como apropriação indevida de um bem ou um serviço. A energia elétrica, pela sua intangibilidade – e, portanto, invisibilidade – possui essa característica. Isso abre caminho para discussão entre as noções de público e privado no país, além da noção de cidadania, direitos e deveres dos consumidores.

A empresa concessionária, por sua vez, em seus discursos nos veículos de informação, afirma que os consumidores pagam pelos “gatos” dos vizinhos, mas esquece-se que, na hierarquia de valores estabelecidos (conveniência), mais vale a lealdade a um vizinho do que a uma empresa que “corta” a sua luz, tem uma das maiores tarifas praticadas no país (em quarto lugar) e fica sempre a dever quanto aos seus deveres como fornecedora de energia. E que, ainda mais, “não o atende de forma respeitosa” – palavras de uma entrevistada que permaneceu por 50 minutos ao telefone para ser atendida no 0800 do serviço de atendimento ao consumidor (SAC) da empresa e não teve seu problema resolvido. “As atendentes são despreparadas, chutam as informações pra gente, me sinto uma idiota, dizem que o problema será resolvido em 2 horas e levam 12h para religar nossa luz”, afirmou ela.

Por diversos relatos, verifica-se que empresa tem péssima imagem em sua área de concessão. No Coelho, onde estive, e em outros bairros, frequentemente escutava reclamações e histórias de abusos e mau atendimento da empresa, que chegou a ser alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de Niterói devido ao grande número de reclamações. Diante disso, será razoável a concessionária esperar que os usuários colaborem ligando para delatar vizinhos “furtadores”? E mais, que na sua “hierarquia” dos pagamentos de contas, a empresa esteja em primeiro lugar?

É importante salientar que foi percebido no trabalho de campo que todos têm consciência que o “gato” é errado, uma ilegalidade, um crime. Senão, o serviço do “gateiro” não seria realizado à noite e às pressas, em clima de “tática”, e não mais o jeitinho ou o favor. O combate efetivo da empresa tem trazido algum resultado, porém isso não se reflete de fato na prática, os “gatos” continuam existindo e miando por todos os cantos, segundo meus informantes.

As pessoas continuam fazendo “gato” e não se incomodam com isso. Todos sabem que alguns vizinhos fazem “gato”, provavelmente resquícios de uma praxe estabelecida, a conveniência e fidelidade já explicitadas anteriormente.

As pessoas se sentem lesadas pela concessionária, não só pela retirada de seus “gatos”, sobretudo porque as tarifas aumentaram muito, em comparação à época estatal. Agora que podem comprar produtos eletroeletrônicos, não podem usá-los porque não conseguem pagar suas contas em dia.

Na visão dos meus informantes, a empresa é rica, ganha muito em cima dos consumidores. Dessa forma, acham que muitas ações (como “gatos”) são justas, mesmo sabendo que são ilegais. Além de ser uma forma de usufruir dos bens adquiridos com tanto esforço (parcelamentos, muitas vezes pagos com juros), julgam que a energia é uma necessidade básica, deveria ser um bem acessível a todos, um direito.

O corte de fornecimento tem impacto em alguns pontos cruciais e fundamentais no cotidiano dos indivíduos, percebido nas falas dos meus interlocutores. Ao interromper o fornecimento da energia elétrica, a empresa está comprometendo alguns campos que são muito caros para a população. Primeiramente na ordem da manutenção dos alimentos (geladeira), segundo no sentimento de segurança (iluminação), terceiro da ordem do entretenimento e diversão no fim do dia (a televisão) e em quarto o conforto (o banho quente e o ventilador durante o verão).

A nós, parecem ações simples, rotineiras, que dependem do apertar de botões e acessar tomadas. Ao interromper o fornecimento, seja por ordem de direito (“gatos” ou inadimplência) ou por questões técnicas, a concessionária sempre arcará com todo o peso de ser a culpada, a tirana, a ineficiente por ter negado um direito básico do cidadão, gozar a sua casa, o seu espaço privado em toda a sua plenitude.

Considerações Finais:

Apesar desse processo de “criminalização”, a prática do “gato” de energia elétrica continua existindo. Diferente de outrora, atualmente se percebe uma série de códigos e cuidados na contratação do “gateiro” (profissional que realizará o serviço). Hoje, pode-se dizer que é um mercado paralelo muito mais profissionalizado, com táticas de atuação e aperfeiçoamentos constantes. O que antes era um simples “jeitinho” dado pelo vizinho electricista, ou um amigo que trabalhava na estatal, passou a ser uma relação de negociação criteriosa e criminoso.

O ponto crucial, nesse sentido, é a representação de “crime” pelos interlocutores entrevistados, para os quais a palavra implica em vitimização e dano concreto, na maioria das vezes material. No homicídio, por exemplo, a vida de uma pessoa é tirada, a noção de “vítima” é bastante nítida, e a do “dano concreto” também. O mesmo se aplica a outros crimes contra a vida, como as agressões (lesões corporais) graves; contra a liberdade sexual, como o estupro; e contra o patrimônio, no caso dos “assaltos à mão armada” (roubo qualificado).

O “gato”, para os nativos, atinge atores sem rosto, como o Estado e a empresa. Eles não contemplam uma vítima concreta, considerando-as apenas instituições sem face. Também é difusa a sensação que eles têm dos danos provocados pela prática do “gato”. Não acreditam que os “trocados” (algumas dezenas ou poucas centenas de reais) de sua conta de luz não pagam irão de alguma forma lesar (provocar dano) à empresa.¹¹

Em outros casos, o “gato” pode até ser entendido como uma “vingança” inconsciente – ou até consciente – contra a empresa devido ao alto custo da energia, mau atendimento, interrupções de fornecimento, além da postura da própria empresa de não buscar diálogo direto e amplo sobre seus serviços, produtos, processos de trabalho com os consumidores. Esses fatores conferem, segundo alguns, o “direito” de fazer o “gato”.

Esse caráter de “revanchismo” se revelou de maneira mais nítida nas respostas dos informantes mais abastados – os mais ricos –, enfáticas. Preferem fazer “gato” do que pagar a concessionária, pois o dinheiro que “economizam” com a energia elétrica permite que paguem viagens, comprem roupas e adquiram outros bens, trocar de carro anualmente por exemplo. Um entrevistado disse: “Eu não vou ficar sustentando a Ampla com esse absurdo de conta que ela cobra, e muito menos vou deixar de usar o meu ar condicionado e ficar nesse calorão. Eu pago o que considero justo”. Ele contou que tem três aparelhos de ar condicionado em casa, ligados em tempo integral, e paga conta de energia de cerca de R\$70,00.

Mais uma vez, nos deparamos com a invisibilidade da empresa, em ambas as esferas, tanto para os mais pobres quanto para os mais ricos, só que em proporções diferenciadas. Os pobres preferem pagar os carnês das prestações contraídas (para continuar adquirindo os bens que lhes conferem a “melhora de vida”) e os “ricos”, para manterem seus padrões de consumo (conforto, status, estilos de vida) sem afetar o bolso, pelo menos para pagar algo intangível como a energia elétrica.

¹¹ Realmente não oferecem qualquer prejuízo uma vez que o ônus é repassado nas tarifas pagas pelos usuários adimplentes. A questão é simples, quanto maior for a tarifa, maior a inadimplência, o endividamento é maior e a procura por “gatos” aumenta que irá influenciar diretamente no cálculo da tarifa e assim sucessivamente. Ocorre um ciclo vicioso que deveria (e precisa) ser quebrado.

Procurando relativizar a questão da norma instaurada, o que posso afirmar é que a concessionária de energia elétrica é a ponta de um sistema com diferentes atores envolvidos, dentre esses, algumas esferas do governo. O cliente (consumidor) reclama que a empresa concessionária distribuidora de energia “cobra caro”, e essa mesma também reclama que o governo também “cobra caro”, seja pelo preço da própria energia produzida e vendida em leilões como em taxas e impostos, entre outros componentes que vão influenciar diretamente a tarifa final cobrada ao usuário de energia elétrica.

O que se pode afirmar é que as pessoas, ricas ou pobres, não passaram a fazer “gato” porque passaram a consumir mais, simplesmente. Apesar de possivelmente ter havido um aumento com a explosão de consumo após o Plano Real, assim como ocorreu com a inadimplência em vários setores (inclusive o energético), a prática sempre existiu. Esta, por sua vez, faz parte das conveniências do bairro, uma alternativa dos usos da energia elétrica que foi extremamente naturalizada, haja vista não ter sido até o presente momento alvo de qualquer investigação antropológica ou sociológica.

Referências Bibliográficas

AUTHIER, Jean-Yves; BACQUÉ, GUÉRIN-PACE, Marie-Hélène *Le Quartier: enjeux scientifiques, actions politiques et pratiques sociaux et France*. Éditions La Découverte, Paris 2007.

BERGER Peter L. e LUCKMAN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis, RJ Vozes, 2002.

BIRMAN, Patricia. “Favela é Comunidade?” In, Machado da Silva, Antonio Luis. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008

CAMPBELL, Colin. “Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno”. In BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs). *Cultura, Consumo e Identidade*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

CERTEAU, M. De. *A invenção do cotidiano 1: artes do fazer*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2007.
_____, GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2 : morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

DAMATTA, Roberto. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.

DUMONT, Louis. *Homo Aequalis. Gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, EDUSC, 2000.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

MACHADO DA SILVA, Antonio Luis. *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In *Sociologia e Antropologia*. SP, Cosac & Naif, 2003.

SARTI, Cynthia Andersen, *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo, Cortez, 2003.

SIMÕES, Soraya Silveira. “*Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*” – Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós- Graduação de Antropologia (PPGA) da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

TORQUATO, Shirley. *Entre o prazer e o drama: Consumo e distinção social na Nova Classe Média*. Paper apresentado na IV Jornada dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia- PPGA da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2009. (mimeo)

VALLADARES, Licia do Prado *A invenção da favela*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005

VEBLEN, Thorstein Veblen. *A Teoria da Classe Ociosa: Um estudo econômico das Instituições*. São Paulo, Nova Cultural (Os economistas), 1987.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. São Paulo, Brasiliense, 2002.